



Diário da Sessão n.º 010 de 05/04/05

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por dar conta da nossa discordância sobre o modo optimista, tremendamente optimista, e pouco humilde, como o Sr. Vice-Presidente aqui apresentou as linhas gerais dos documentos que estão em apreciação.

Vejo com preocupação a forma insistente e a ligeireza com que o Sr. Vice-Presidente compara indicadores da nossa Região Autónoma com os indicadores nacionais, europeus e do resto do mundo. Julgo que dificilmente o açoriano comum compreende essa forma de permanente comparação.

Eu percebo que nalguns indicadores particulares, que até, felizmente, a nossa Região não está má, possa haver essa tentação, mas, fazendo um apelo sempre ao sentido das realidades e ao bom senso que nessas matérias deve prevalecer, permitam-me a expressão, nalguns casos cairmos no ridículo.

Não devemos tirar os pés do chão. Somos a Região Autónoma dos Açores. Temos um quarto milhão de habitantes, fragilidades, limitações, enormes dependências a todos os títulos e, nomeadamente, dependências financeiras. Julgo que não cai bem, por sistema, pormo-nos nos bicos de pés permanentemente e apresentarmo-nos com esse paralelismo permanente, até porque julgo que isso correspondeu a uma época compreensível em que o Governo Regional tinha preocupações de oposição



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

política e partidária ao Governo da República, mas convenhamos, e até na óptica do PS e do Governo, que essa época passou.

Portanto, não faz muito sentido e verão, a curto prazo, a dificuldade que irão sentir de estar permanentemente a fazer esse cotejo com a República, com um país com 10 milhões de habitantes, com estrutura e características próprias dessa dimensão e dessas responsabilidades.

O CDS/PP gostaria de deixar claro que não partilha da leitura e da análise à evolução económica e social que serve de base aos documentos que estão aqui em apreciação.

Sob esse ponto de vista, quando ouvimos muitas das perspectivas que o Governo apresenta, interrogamo-nos se realmente vivemos na mesma região, se é em relação aos mesmos sectores económicos e sociais que estamos a reflectir.

Gostaria de lembrar que o Governo não trata, sob o nosso ponto de vista, com rigor essa matéria nos seus documentos de suporte e nos seus documentos de partilha.

Na nossa perspectiva, infelizmente, a nossa Região Autónoma sofre uma grave crise estrutural nos sectores produtivos tradicionais.

Nós gostaríamos que o Governo é que tivesse razão, mas infelizmente não é isso que observamos, não é isso que notamos. A constatação que fazemos é que mantém-se, e nalguns casos agrava-se, a crise estrutural que atinge a agricultura e as pescas na Região Autónoma dos Açores.

Esta crise, na nossa perspectiva, deveria merecer maior preocupação dos responsáveis políticos para com os agentes económicos envolvidos, porque grandes indefinições que caracterizam esses sectores continuam a subsistir e não há, nem se nota, nem neste documento, nem na política geral do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Governo, perspectivas de ultrapassar o estrangulamento de um normal desenvolvimento, quer nas pescas, quer na agricultura.

Julgo também ser consensual a constatação de que a grande aposta na batalha da diversificação da produção também não tem sido possível, nem tem sido ganha na nossa Região Autónoma.

Eu gostaria que o Governo não entendesse isto como uma crítica destrutiva e como alguém que seleccionou alguns desses pontos para vir aqui incomodar e quebrar esse tom triunfalista que caracteriza a postura do Governo.

Parece-nos que a importância desses documentos é tal, e esses documentos são tão essenciais para o futuro dos Açores e das suas populações, que não é razoável metermos a cabeça na areia e ignorarmos o que se passa no sector económico e produtivo da nossa Região Autónoma.

Já disse várias vezes aqui e volto a repetir: não invejo a posição e as responsabilidades dos responsáveis regionais pelos nossos sectores produtivos tradicionais. Portanto, vejo com pesar que se jogue tanto com alguns crescimentos, sob o ponto de vista – é importante e o Governo tem o direito de os salientar – de indicadores, e não se tenha a noção perfeita da complexidade dos nossos sectores produtivos e do momento de dificuldades porque passam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Falando com a nossa gente, e os senhores falam tanto ou mais do que eu, certamente que ouvem da parte dos nossos agentes preocupações e incertezas. É a isso que o Governo não responde e, com o devido respeito, não é atirando milhões que tranquiliza quem está legitimamente preocupado nessas áreas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Os senhores da agricultura sabem disso, tal como os senhores das pescas. De resto, infelizmente nos Açores, muitas vezes se tem atirado dinheiro aos problemas, quando grande parte dos problemas não estão, infelizmente, apenas dependentes nem do dinheiro que se lhe atira e muito menos das dotações que anualmente se repetem nos documentos.

Uma segunda área que queria realçar também no sector produtivo é o que se passa com o turismo. Esta nova aposta que eu julgo que é partilhada por todos os açorianos e que, temos que reconhecer com objectividade, apresenta indicadores altamente favoráveis.

A nossa Região Autónoma (e nunca é demais reconhecê-lo), nos últimos anos, apresenta taxas de crescimento, em matéria de dormidas, com as características que essas taxas revelam numa região pequena como a nossa, na qual estamos incluídos – aliás o facto de não ter havido plenário em Fevereiro, constituiu um grave retrocesso no turismo dos Açores, na Ilha do Faial – mas tendo presente o peso e o papel que todos nós temos nesses indicadores, a verdade é que, globalmente falando, a Região Autónoma dos Açores tem uma evolução muito positiva, em termos comparativos, nesses últimos anos. Acompanha, de resto, um surto de investimento que mudou a face da Região, em matéria de oferta na área turística. Por conseguinte, temos hoje um novo quadro que também corresponde a novas exigências e a novos desafios nesse sector.

Relativamente a essa matéria gostaria de deixar claro, e acentuar perante esta Assembleia que, apesar da bondade dos indicadores, apesar de alguma euforia que se vive no sector, e até se compreende em certa medida, pela impressão que os números nos trazem, julgo que os agentes mais responsáveis – e neste grupo espero incluir os membros do Governo – têm



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

a noção de que efectivamente também aí, embora a chamada crise seja de crescimento, estamos perante desafios de grande importância para o futuro. As taxas de ocupação tiveram quedas preocupantes a todos os níveis. São compreensíveis face ao aumento da oferta, mas convenhamos que a Região não soube, não pôde ou não foi capaz de, antecipadamente e de forma planeada, antever esse crescimento da oferta. O facto é que não houve uma resposta adequada face ao *boom* que essa oferta constitui e à insuficiência da procura.

Por conseguinte e em termos práticos, é fundamental tranquilizar o sector, dar-lhe solidez e responder às preocupações dos principais investidores. De uma vez por todas, conseguir um crescimento sustentado e que traduza taxas de ocupação compatíveis com o esforço de investimento que está sendo feito no sector.

É óbvio que as verbas que têm sido afectadas, nalguns casos, não traduzem o esforço sério e verdadeiro no turismo.

Todos nós sabemos que o Governo, para resolver um problema paroquial, acabou por desviar parte significativa das verbas da promoção do turismo para promover uma equipa de futebol profissional que está numa situação desportiva preocupante. Esse desvio de milhões de euros para fins que nada têm a ver com a verdadeira promoção do turismo, faz falta e vem criar um problema de insuficiência de meios para enfrentar um problema real.

Gostaria também de referir que esse sector, como outros também, tem características específicas na nossa Região. Não se pode brincar com coisas sérias e quando se põe em causa a promoção do turismo desviando grande parte dessa verba, repito, para caprichos paroquiais e compromissos pouco consentâneos, evidentemente que depois há problemas e certamente que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Secretário da Economia é que os sente na pele quando não pode responder aos empresários.

Gostaria ainda de salientar a consciência de que o próprio turismo nos Açores assenta em grandes desequilíbrios. E se constatamos com grande satisfação que, por exemplo, na Ilha de São Miguel, já surge um sector minimamente estruturado, nas restantes ilhas da Região a situação não é idêntica e os desequilíbrios são preocupantes ao nível das várias ilhas, nomeadamente ao nível de algumas ilhas que, com pequena dimensão, pretendem apostar nesse sector.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Passando esta perspectiva pelas áreas produtivas, não podemos deixar de aqui, com o maior realismo possível e sempre tentando fazer alguma justiça, realçar que também discordamos da habilidade com que o Governo, por exemplo, trata a evolução do desemprego e da sua taxa na nossa Região.

Para já, quero referir que todos nos congratulamos com o facto dos Açores, ao longo destes últimos anos, serem uma das Regiões do país com a mais baixa taxa de desemprego. Portanto, que fique claro que ninguém faz interpretações incorrectas. Ao nível do desemprego nós estamos bem. Ponto final. Por isso mesmo não são necessárias pequenas habilidades. Não é necessário ocultar dados referentes aos últimos trimestres que, efectivamente, não põem a taxa de desemprego nos 2 ponto tal, mas nos 3.8, nomeadamente, e salvo erro, no terceiro ou quarto trimestre do ano passado.

O Governo, em relação à taxa de inflação, conseguiu pôr, nos documentos que entraram nesta casa, os dados de 2004. Em relação à taxa de desemprego não consegue, não tem agilidade para isso. Isto significa que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

em relação ao emprego interessa-lhe tratar os dados de 2003; em relação à inflação interessa-lhe tratar os dados de 2004.

Nós estamos atentos. São pequenas habilidades que não revelam nada, mas também não podem passar aqui em claro.

É bom que fique claro que os Açores, ao longo destes anos, têm tido, aliás, como é referido, desde 2001, taxas abaixo dos 3%. Este é um dado importante.

Deixem-me ter oportunidade de gabar o Governo, mas não me impeçam de lhe chamar a atenção para uma situação que nos deve preocupar a todos.

A taxa de desemprego, em 2004, é de 3.4%. Isto quer dizer que em 2004 a nossa Região deixou de ser a região de Portugal com melhor taxa de desemprego, lamentavelmente, porque em 2004 a Região de Portugal que tem melhor taxa de desemprego é exactamente a Madeira. Foi uma troca que ocorreu entre a Madeira e os Açores.

(Apartes inaudíveis dos Membros do Governo Regional)

Então em 2004 não mudou. Estamos a comparar anos. Aí tenham paciência. Isto é uma pequena coisa, não fiquem inflamados com isso.

Aliás, um dado que os senhores tratam nos seus documentos refere-se a 2003. O senhor quer agora chamar-me a atenção para o que se passa agora e não quer chamar a atenção para o que se passou em 2004?

Há bocadinho criticavam o PSD, tentando encontrar no seu discurso uma pequena falha nessa área e agora já querem tratar 2005 quando não admitem que eu trate 2004.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O que é facto e o que é importante é que a taxa de 2004, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é a pior taxa dos últimos 6 anos. É verdade ou não é verdade?

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): É verdade.

O Orador: Pronto, era isso que eu queria ouvir: é verdade!

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Mas continua a ser a melhor do país!

O Orador: Isso para nós é satisfatório.

O senhor acha que nós representamos o país?

Está enganado! Eu não estou a representar o país, estou a representar os açorianos, como os senhores também representam.

Os açorianos, sob esse ponto de vista, têm obrigação de estarem um bocadinho preocupados porque apesar da taxa ser boa...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): É ótima!

O Orador: É ótima para quem está empregado, Sr. Secretário.

... os 3 mil e tal açorianos desempregados querem ter uma expectativa.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Somos os melhores da Europa!

Orador: Esta taxa é a prior dos últimos 6 anos. Era isto que eu queria dizer. Pelos vistos era verdade.

Acho que era importante ser dito para não sairmos sempre com a ideia de que isto é um mar de rosas e que corre sempre bem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de dar conta, em nome do Grupo Parlamentar do CDS/PP, que face à situação que se vive nos sectores económicos, gostaria de referir que há preocupações legítimas ao nível dos rendimentos dos nossos agentes



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

económicos. Isso deve constituir uma área de atenção nesta casa quando estamos a discutir documentos.

Quando as exportações decrescem, como é o caso da agricultura, e estão condicionadas por enquadramentos que todos conhecemos, quando assistimos ano a ano a quebras de rendimento dos nossos agricultores, quer pela via da fileira do leite, quer pela via dos produtores de carne, e à falta de perspectivas que se apresenta nesse domínio, perante a crise prolongada e sistemática que vivemos, é óbvio que tem que haver respostas para isso.

O grande desafio que o CDS/PP deixa a este Governo para os próximos 4 anos é que, em conjunto com todos os açorianos e na modéstia da nossa capacidade e representação, estaremos sempre disponíveis para, em conjunto com o Governo, caminharmos e trabalharmos nesse sentido. É indispensável dar uma perspectiva de futuro aos nossos agricultores. É indispensável trabalhar afincadamente com os nossos pescadores.

Não estou a dizer que o Governo não está fazendo o melhor que sabe, o melhor que pode. Estou constatando que até agora o melhor que sabe e o melhor que pode tem sido insuficiente para resolver os problemas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Alguns dos números que caracterizam os documentos que estamos a apreciar, são números que, a frio, não podem deixar de constituir crescimentos acentuados e perspectivas de correspondência àquilo que tinha sido anunciado, nomeadamente, no que toca às verbas destinadas a investimento.

Os valores apresentados, quer para o ano corrente de 2005, quer para o Plano de Médio Prazo, são valores que traduzem taxas de crescimento, eu diria, nalguns casos, espectaculares, com algumas ressalvas e análises – aliás, queria subscrever muito do que aqui foi dito pelo Sr. Deputado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

António Marinho, sob o ponto de vista técnico – mas objectivamente, e é essa a forma que gosto de introduzir na abordagem que faço aos documentos, queria reconhecer que há aqui um desafio importante e ambicioso.

O Governo do Partido Socialista quando se propõe investir no Plano, a partir deste ano, valores na ordem dos 312 milhões de euros anuais, e numa cadência em que dentro do primeiro e último ano do Plano de Médio Prazo há aumentos na ordem dos 50 milhões ou coisa do género, assume um compromisso, para com esta Assembleia e para com o povo dos Açores, de um crescimento acentuado, porque partimos de valores na ordem dos 212 milhões de euros como aconteceu em 2004 e investimentos que foram feitos de 217, em 2003.

Portanto, há aqui um desafio significativo. Isso aponta para crescimentos na ordem dos 38%.

Da parte do CDS/PP, se esperam crítica, não a têm. Têm, da parte do CDS/PP, reconhecimento.

Há um salto qualitativo nos valores, ora influenciado por verbas mais conjunturais, mas nalguns casos um desafio que é preciso sustentar até ao fim do quadriénio.

Relativamente aos fundamentos, faz agora 4 anos que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aprovou, com grande euforia, um Plano de Médio Prazo que apontava para crescimentos. Se estes são significativos, os outros eram astronómicos.

Infelizmente, para os açorianos e para todos nós, 6 meses depois o Governo veio, de “orelha murcha e de malinha baixa”, a esta Assembleia rever tudo. Disse que se tinha enganado. Isto marcou indelevelmente o fracasso do Governo Regional em matéria de compromissos, sob o ponto de vista de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

investimentos, marcou toda a legislatura e nesta casa mereceu críticas violentas e justas. Aliás, a prova disso é que este Plano de Médio Prazo está recheado de projectos que eram prioridades do Plano de Médio Prazo anterior na área dos transportes, da educação e de outras por aí fora. Portanto, sob esse ponto de vista é bom ter isso presente.

O desejo do CDS/PP é que este ano não haja nada disso. Que o Governo tenha os pés bem assentes no chão e esse compromisso que aqui assume de entrar em investimentos anuais com valores superiores a 300 milhões de euros, seja uma meta.

Eu garanto que o Grupo Parlamentar do CDS/PP vai estar aqui para lembrar ao Governo, ano a ano, a necessidade de fazer esses investimentos e de avançar com isso. Portanto, é a nossa postura.

O Sr. Vice-Presidente deve estar satisfeito (espero eu!) com a nossa abordagem, porque nós não condenamos o Governo por apontar 320 milhões no primeiro ano e por aí fora. Nós exigimos é do Governo que não nos engane. Portanto, quer fazer, faz, mas fica obrigado a fazê-lo.

Ao nível dos financiamentos, Sr. Vice-Presidente, gostaria de pedir um maior esclarecimento ao longo do debate sobre as fontes de financiamento, que me parecem razoáveis em relação ao Orçamento de Estado, até me parecem um bocadinho modestas. Eu não estou a dizer isto por ter um Governo Socialista lá fora e por ter necessidade de o espremer, não é isso que estou a dizer. O que eu estou dizendo é que o PS está um pouco ambicioso em relação ao Orçamento de Estado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Antes era a Coligação!

Orador: Era. Aí é que era uma chatice.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Portanto, estamos a tempo de rever isso e da nossa parte terão todo o apoio para essa matéria.

Sr. Vice-presidente, se essa parte teve graça, a que eu vou dizer agora não é para graças, é para responder a sério.

Em relação às verbas provenientes dos outros fundos, além dos fundos comunitários, que é uma parte muito significativa das fontes de financiamento para o Plano de Médio Prazo, julgo que era importante esta câmara ter um maior compromisso de V. Exa. sobre essa matéria, até porque em 2007 e em 2008, a verba prevista de outros fundos atinge 271 milhões e 293 milhões respectivamente. Estes são valores superiores às próprias verbas provenientes do Orçamento de Estado.

Portanto, é importante que todos tenhamos consciência do grau de certeza que essa matéria contém.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós registamos que ao nível da estrutura, quer das receitas correntes, quer das despesas, não verificamos grandes alterações estruturais, sob esse ponto de vista.

Portanto, há aqui uma evolução natural. As despesas correntes crescem 4% e este ano há aumentos da função pública.

Julgo que não há razões para o Governo embandeirar ninguém com isso.

Também me parece que sob esse ponto de vista o que assistimos é a uma evolução na continuidade.

Na óptica do CDS/PP tudo o que puder ser feito para contenção, para redução, para racionalização das despesas de funcionamento, será sempre aplaudido e terá sempre a nossa concordância.

No entanto, há sempre aqui a velha questão da saúde, das Sociedades Anónimas e da SAUDAÇOR.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Sr. Vice-Presidente:

Presumo que tem consciência que quando as transferências correntes crescem apenas 1,5% ou coisa que o valha, certamente que garante a esta Assembleia que acautelou nas transferências correntes o conjunto de verbas que a SAUDAÇOR vai necessitar para fazer face às despesas.

Se V. Exa. me garante que nas transferências correntes, para a SAUDAÇOR, estão incluídas todas as verbas necessárias à contratualização que será feita, eu quero dizer-lhe que neste capítulo o Orçamento corrente se afigura com melhor equilíbrio.

Se não me garante isso, eu prefiro depois ver a conta do que estar embalado no Orçamento. Julgo que é isso que temos que ter presente.

Portanto, é uma matéria que gostaria que V. Exa. esclarecesse, porque tem sido muito fácil conter despesas correntes quando não se paga ao sector da saúde. Isto é fácil.

Aliás, se fizéssemos o mesmo com a educação, praticamente ficávamos com despesas correntes abaixo dos Estados Unidos. Isso era garantido.

A questão é esta. A saúde tem servido nesta Região com o pretexto de que não se consegue atacar o sector de frente. Bom, isso é um caso perdido e então o dinheiro para aí aparece por outras vias.

Sob o ponto de vista social também queria deixar um grande apelo em nome do CDS, no caso concreto, ao Sr. Secretário Regional da tutela. Parece-me que ao nível documental o Governo não nos apresenta aqui uma perspectiva positiva sobre esse grave problema, que é um problema de todos nós. É um problema estrutural, eu diria até, um problema nacional.

Gostaria de ver nos Açores esse assunto encarado com coragem, com transparência, que é coisa que não tem acontecido nesse sector nos últimos anos.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

Muito obrigado.

(*) – Texto não revisto pelo orador.